

SÍNTESE DO COLÓQUIO

SÍNTESE DO COLÓQUIO

Sérgio Machado dos Santos

1. O trabalho de apresentação da síntese do Colóquio sobre Diversificação e Diversidade dos Sistemas de Ensino Superior – O Caso Português está facilitado pela natureza do Colóquio, destinado à apresentação e discussão do estudo, com igual designação, desenvolvido pelo CIPES de acordo com uma encomenda do CNE, e pelo facto de ter sido preparado e distribuído antecipadamente um sumário desse mesmo estudo. Assim, a presente síntese limitar-se-á a um resumo das ideias dominantes no debate à volta do referido documento, na medida em que as conclusões do estudo estão explicitamente indicadas no sumário disponível.

Far-se-á uma referência ao enquadramento do Colóquio, no âmbito dos trabalhos do CNE e serão tratadas separadamente as duas sessões realizadas.

2. Este Colóquio corresponde a uma iniciativa da 3.^a Comissão do CNE, inserindo-se num plano de acção mais amplo, que pretende contribuir para um debate público alargado em torno de questões prementes do ensino superior em Portugal.

Com o documento colocado à discussão pretende-se contribuir para a clarificação de um quadro conceptual da diversificação do ensino superior e para uma análise de tendências quanto à diversidade dos sistemas de ensino superior em distintos países. Espera-se poder assim constituir uma base de partida para estudos e reflexões subsequentes, nomeadamente no que se refere ao papel do Estado na regulação do ensino superior e à reorganização das estruturas de graus académicos.

Ao promover a apresentação do documento para além do âmbito restrito da 3.^a Comissão houve a intenção de trazer à discussão outros pontos de vista que possam complementar, ou se possam contrapor, à análise e conclusões do estudo do CIPES e, em particular, alargar o debate ao âmbito da diversificação programática inerente às naturezas e

formas de oferta das formações, ultrapassando assim o âmbito mais restrito da diversificação institucional e sistémica.

3. A sessão da manhã, moderada pelo Professor Veiga Simão, foi dedicada à primeira parte do estudo, relativa ao quadro conceptual da diversificação, ilustrado por exemplos de âmbito internacional.

A apresentação do estudo foi efectuada pelo Professor Alberto Amaral, que complementou a sua intervenção com dados adicionais sobre a evolução dos sistemas de ensino superior em países da Europa de Leste, da América Latina e da zona do Pacífico, incidindo sobre a respectiva diversidade sistémica. Procurou-se, com esses dados, documentar a rápida expansão dos sectores de ensino superior privado nos países em consideração, bem como o efeito moderador introduzido na sequência dos sistemas de acreditação que foram estabelecidos em alguns deles.

Sem preocupação de referenciar as conclusões do estudo, que se encontram devidamente referenciadas no sumário produzido, destacam-se os seguintes aspectos:

- o carácter positivo da diversificação, no contexto da massificação do ensino superior, como factor de enriquecimento dos sistemas que, de um modo geral, os Governos procuram promover;
- em termos de teorização, a insuficiência dos estudos que procuram enquadrar a diversificação à luz das teorias organizacionais;
- a diversidade de abordagens políticas para a promoção da diversificação do ensino superior, situadas num espectro que se estende entre a regulamentação governamental e a regulação pelo mercado e que, na prática, nunca correspondem a modelos puros, apresentando, pelo contrário, elementos de hibridismo com predomínio de uma ou outra das vertentes referidas;
- as limitações da regulação pelo mercado, analisadas à luz dos conceitos de “contestabilidade” e de “bens posicionais”. limitações essas que não surpreendem dado o facto de o mercado de educação não ser perfeitamente contestável e de a educação ser um bem posicional.

Foram apresentadas como conclusões principais, que:

- o Estado tem um papel regulador imprescindível na diversificação dos sistemas de ensino, “desde que não caia no pecado da regulamentação excessiva”;
- o mercado, por si só, não parece produzir os resultados desejados de uma maior diversificação, quer pelas características particulares da educação, quer por não existir um verdadeiro mercado para o sector do ensino superior, onde as externalidades positivas são acentuadas.

Dos comentários apresentados pelos Presidentes do CRUP, do CCISP e da APESP, que traduzem a visão institucional de quem vive, no dia a dia, as questões inerentes à diversificação, e do debate que se seguiu, bem como da síntese efectuada pelo Professor Veiga Simão, destacam-se os seguintes aspectos:

- uma concordância generalizada com a análise conceptual do estudo e com a ideia de que a diversidade representa um contributo positivo para uma melhor resposta das instituições de ensino superior às suas obrigações para com a Sociedade;
- um conjunto de considerações sobre a relação entre autonomia e diversidade (binómio descentralização/regulação) nomeadamente:
 - a regulação não se deve confundir com regulamentação ou com dirigismo do Estado;
 - a autonomia, devidamente exercida, promove a diversidade e não introduz necessariamente perversidade no sistema;
 - a diversidade deve ser desenvolvida no âmbito do exercício da autonomia e liberdade das instituições;
- o efeito das oligarquias académicas como travão à diversidade;
- uma chamada de atenção para o carácter errático das políticas nacionais para o ensino superior, cheias de contradições, bem como para a ineficácia no cumprimento das leis relativas aos mecanismos de regulação instituídos;
- a constatação de que, de um modo geral, os governos (não só em Portugal, mas também nos outros países analisados) não têm

conseguido estabelecer um equilíbrio no seu relacionamento com o sector privado de ensino superior;

- a necessidade de cuidados e medidas especiais para sustentar um sistema diversificado, na medida em que, por um lado, existe uma tendência entrópica para a uniformização e, por outro, os paradigmas culturais mudam mais lentamente do que as tendências para o mimetismo, pelo que é necessário um tempo suficiente para consolidar a diversidade do sistema e permitir a mudança de mentalidades e culturas;
- algumas notas de discordância com as conclusões e juízos formulados quanto ao caso português, designadamente quanto:
 - a uma contextualização insuficiente da evolução do sistema nacional e das medidas de natureza política tomadas;
 - ao papel do sector privado na diversificação, tendo a este respeito sido emitida a opinião de que: não seria legítimo esperar que o sector privado se substituísse ao Estado para corrigir assimetrias do sistema; a concentração em áreas minimamente rentáveis era inevitável; é ainda prematuro tirar conclusões do tipo das incluídas no estudo.

O moderador da sessão, a terminar, concluiu que os modelos de regulação não devem fixar espaços rígidos mas, pelo contrário, deverão introduzir uma grande flexibilidade que obedeça, em todos os casos, a rigorosos critérios de qualidade e que favoreça o desenvolvimento da cooperação interinstitucional

4. A sessão da parte da tarde incidiu sobre a diversidade de oferta de ensino superior em Portugal. A apresentação do estudo, efectuada pela equipa do CIPES que o produziu, focou os principais marcos e decisões políticas associados ao desenvolvimento do sistema de ensino superior em Portugal e o seu impacto na diversificação sistémica, institucional e programática. Salientam-se, como principais conclusões:

- a existência de um grau considerável de diversidade, tanto institucional como de cursos;
- uma boa cobertura geográfica e por áreas disciplinares, embora com assimetrias, tendo o principal contributo para a atenuação de

assimetrias sido dado pelo sector público, no cumprimento, aliás, do preceito constitucional de direito à escola pública;

- a dinâmica do sistema, com taxas de crescimento significativas na maioria das áreas disciplinares, mas também com taxas de crescimento negativas em algumas áreas.

Procurando validar uma assunção, por parte de decisores políticos no início da década de 90, de que o sector privado contribuiria para desenvolver a diversidade do sistema, nomeadamente em termos de uma melhor distribuição regional de oferta, assunção que poderá ter estado na base das medidas governamentais que favoreceram o crescimento muito rápido do ensino superior privado, o estudo concluiu que a realidade contraria aquela hipótese, verificando-se, como seria aliás de esperar, uma concentração do ensino superior privado nos grandes centros urbanos e em áreas disciplinares de maior procura e menor investimento inicial.

Dos comentários dos professores João Ferreira do Amaral e Pedro Lourtie, bem como do conseqüente debate, extraem-se os seguintes aspectos:

- o estudo do CIPES é globalmente muito positivo, constituindo uma base que poderá ser de grande utilidade para perspectivar o futuro;
- foi, contudo, manifestada de novo alguma insatisfação com a segunda parte do estudo, designadamente nos seguintes pontos:
 - discordância com algumas afirmações e juízos opinativos sobre as decisões políticas, por não ser convenientemente traduzida a realidade das conjunturas que as determinaram;
 - os indicadores para as apreciações sobre diversidade, e sobre desequilíbrios na diversidade, são pobres, sendo possível recorrer a soluções e conceitos mais ricos (tomar em consideração dados sobre a população por regiões, ou a procura dos cursos, ou então procurar em outros países um referencial para comparação, por exemplo);
 - conviria discriminar mais os dados por áreas;

- o aspecto mais relevante para a diversificação diz respeito à diversidade programática, sendo as diversidades sistémica e institucional meramente instrumentais para o desenvolvimento daquela; neste contexto, foram expressas diversas opiniões de concordância no sentido de, no sistema binário, poderem existir interacções cruzadas entre os subsistemas, em casos devidamente contratualizados em que circunstâncias regionais ou de sinergias dos saberes o justifiquem;
- em termos de diversidade programática, não é linear que a unificação sistémica contribua para a diminuição da diversidade.
- colocada a questão de como fazer a regulação pelo Estado, foi manifestada a opinião de que, dada a natureza dos bens educacionais, a melhor forma de o fazer é manter um sistema de ensino público forte e de qualidade;
- a regulação deve também ser vista no contexto da internacionalização (educação transnacional) e da regulação burocrática a nível europeu, sendo de estar atento a possíveis efeitos de uniformização;
- considerado o contexto de uma diminuição de candidatos ao ensino superior, que pode ter efeitos sobre o número e diversidade de cursos, foi salientado o novo espaço que se pode abrir com a diversidade e flexibilidade de formas de oferta de programas educacionais, tendo em vista os novos públicos emergentes;
- tendo sido admitido, sem contestação, o pressuposto da “bondade” da diversidade no ensino superior, há que aprofundar os aspectos que justificam esse carácter, de modo a potenciar todos os efeitos positivos da diversidade, em termos de promover a satisfação individual do estudante/utente; foi, a este propósito, colocada a interrogação sobre se a diversidade existente é a que os utentes desejam ou se terá sido determinada em alguns casos por outras lógicas, de interesse institucional ou corporativo.

Em relação à forma como o Estado, em Portugal, tem vindo a exercer a função de regulação do ensino superior foram emitidas opiniões contraditórias, ficando a interrogação: o Estado foi dirigista ou o Estado foi, pelo contrário, omissivo quanto à regulação que deveria exercer? Deixa-se a resposta a esta questão à consideração de cada um dos participantes!

5. A concluir, salienta-se a qualidade do estudo de base, que cumpriu bem a função de lançar e alimentar o debate e vai constituir um bom ponto de partida para as reflexões posteriores sobre o tema da diversificação e outros que lhe estão associados.

O estudo será aprofundado, a partir dos comentários que foram recolhidos. A 3.^a Comissão do CNE procurará tirar o melhor partido das ideias expostas e das conclusões alcançadas, que serão de maior utilidade na prossecução da agenda de trabalhos em curso.

A todo os que contribuíram para o sucesso deste Colóquio – os autores do estudo, os oradores e todos os participantes – o nosso obrigado.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO